

## (IN) VISIBILIDADES NO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA (2003 – 2015) NA SUBREGIÃO SUDESTE DO RIO GRANDE DO SUL.

ANA LUÍSA MISSIO<sup>1</sup>; ROBINSON SANTOS PINHEIRO<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [analuissamissio@hotmail.com](mailto:analuissamissio@hotmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [robinson22pinheiro@yahoo.com.br](mailto:robinson22pinheiro@yahoo.com.br)

### 1. INTRODUÇÃO

A fronteira do limite territorial brasileiro sempre esteve presente nas distintas preocupações administrativas (Colônia, Império, República e Ditaduras). Deste modo, com o decorrer dos distintos contextos históricos de formação territorial brasileira, a fronteira recebeu diferentes atenções. Contudo, para a compreensão da formação do Estado-Nação, conforme Moraes (2001), a fronteira possui três dimensões que, necessariamente, não se apresentam conforme a ordem que se segue: bélica/militar, jurídica e ideológica. Ou seja, a fronteira do Estado é compreendida enquanto o ponto de encontro do limite administrativo de organização territorial e de construção da Nação (HOBSBAWM, 1990), com a especificidade de ser área de proteção dos limites territoriais “conquistados” e de “contravenções” as leis ao mesmo tempo em que evidencia a exacerbação da relação com o “outro”, sendo, assim, considerada como área de hibridismo.

Deste modo, no sentido de continuar com a interpretação do movimento de preocupação e de intervenção do Estado brasileiro na fronteira territorial brasileira, aqui se propõe interpretar o discurso e analisar os resultados do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) na sub-região estadual Sudeste do Rio Grande do Sul entre os anos de 2003 a 2015. O PDFF tem como recorte espacial a região do território brasileiro definida como Faixa de Fronteira (BRASIL, 1979). Esta representa uma delimitação imaginária espacial, estipulando que do espaço de limite fronteiriço internacional até 150 km a dentro do território é área: “[...] indispensável à Segurança nacional” (BRASIL, 1979, p. 1). Na Faixa de Fronteira da sub-região Sudeste do Rio Grande do Sul, dos 25 municípios pertencentes a delimitação territorial do estado, 23 fazem parte da área de intervenção adotada no PDFF.

O PDFF foi elaborado no ano de 1996, sob presidência da República de Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB. Inserido no Plano Plurianual de 1996 a 1998, sofrendo transformações nos anos de 1999, assim, passando por novos desdobramentos entre os anos de 1999 até 2002 (CARVALHO, 2010). No início do século XXI, em 2003, Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores – PT, venceu a eleição de 2002, com isso, houve a mudança de presidência da República e, por conseguinte, devido as bases ideológicas que pressupõe distinguir a presidência anterior a eleita, há mudanças no PDFF. Este passa a fazer parte da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, lançada no ano de 2003 – que hoje, 2016, se encontra em processo de implementação da segunda fase (PNDR, 2012), sob coordenação do Ministério da Integração Nacional e ainda sob liderança da aliança política Federal coordenada pelo PT. Ciro Gomes, então Ministro da Integração Nacional de 2003, na apresentação da PNDR. Com isso, o ministro supracitado argui que a nova intervenção regional do Estado deve propiciar os caminhos para a efetivação das transformações de infraestrutura que permitam

futuras ações modernizadoras dos governos e dos setores privados, criando, assim, espaço(s) em que, aos poucos, a desigualdade social se “evapore”. Considerando-a como área de intervenção prioritária, no ano de 2005, o Ministério da Integração Nacional apresentou a Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: bases de uma Política Integrada de Desenvolvimento Regional para a Faixa de Fronteira (BRASIL, 2005).

Desta feita, interessa verificar as transformações, em seu contexto político, econômico e social/cultural, sofridas pelo espaço da região de Faixa de Fronteira do Sudeste do Rio Grande do Sul a partir das intervenções promovidas pelo PDFF. Destacar-se-á a análise e interpretação das visibilidades das ações, isto no sentido de perscrutar as populações e suas territorialidades favorecidas com o PDFF. Posteriormente, perscrutar-se-á em que medida a promoção das visibilidades promove as invisibilidades. Para melhor interpretação das (in) visibilidades, haverá a elaboração de mapas que permitam localizar os distintos e complementares espaços. Por fim, argui-se que a análise das transformações espaciais e das (in) visibilidades do PDFF podem contribuir com a interpretação da produção sócio espacial da região de Fronteira do Sudeste do Rio Grande do Sul; permitindo verificar em que medida e para quem o espaço em questão é movimentado pelo poder público Federal

## 2. METODOLOGIA

O procedimento metodológico desdobrar-se-á em quatro eixos: contínuo levantamento bibliográfico interdisciplinar, levantamento de dados socioeconômicos, pesquisa de campo e produção de mapas. No levantamento bibliográfico, se realizará o contínuo estudo da arte e o levantamento de documentos, oficiais, produzidos pelo Governo Federal sobre a faixa de fronteira bem como, os produzidos pelo meio acadêmico. O segundo eixo, levantamento de dados socioeconômicos, será realizado a partir dos critérios do Programa para identificar as sub-regiões, assim, se elaborará um banco de dados que permitam identificar a evolução dos indicadores referentes aos 23 municípios localizados na região Sudeste do estado do Rio Grande do Sul pertencentes à região de Faixa de Fronteira.

Também se realizará a execução de trabalhos de campos. Pois objetiva-se verificar *in loco* algumas intervenções promovidas pelo PDFF em estudo e dialogar com as autoridades públicas municipais e a população, de forma geral, envolvida.

Somado, haverá a produção de mapas temáticos que permitam localizar espacialmente as intervenções do Programa bem como identificar espacialmente os dados socioeconômicos; podendo, assim, entrecruzar as informações para ampliar os sentidos de destaque para as (in) visibilidades.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em primeiro lugar, cabe destacar que o presente trabalho está no seu início, assim, os resultados direcionam na construção de bases interpretativas sobre a temática que pesquisaremos. Assim, apresentaremos o feito até o momento em dois momentos.

Num primeiro momento, houve o interesse na identificação dos trabalhos acadêmicos produzidos sobre o PDFF nos doze anos aqui pesquisados. Para isso, houve a pesquisa em plataformas como a SCIELO E CAPES.

Como resultado, verificou-se, no estudo da arte sobre a faixa de fronteira, que a temática mais abordada é da saúde, principalmente com assuntos relacionados a DSTs -Doenças Sexualmente Transmissíveis.

Já em relação ao contexto da faixa de fronteira da sub-região Sudeste do Rio Grande do Sul com a República Oriental do Uruguai, foram encontrados nessas mesmas plataformas, o número de cinco trabalhos, isso demonstra a falta de trabalhos relacionados a faixa de fronteira.

No segundo momento, dedica-se esforços na identificação dos dados socioeconômicos dos 23 municípios da sub-região Sudeste do Rio Grande do Sul que estão inseridos no PDFF, sendo que estes dados estão em processo de sistematização e interpretação..

#### 4. CONCLUSÕES

Apesar do fato desse trabalho encontrar-se em estágio inicial, verifica-se que a faixa de fronteira, apesar de ser um termo geográfico, é pouco debatido na geografia. Sendo que a partir do estudo da arte da faixa de fronteira nas plataformas CAPES E SCIELO, verifica-se que a fronteira nacional é mais trabalhada academicamente em relação a saúde. Soma-se o fato de ser escasso o número de trabalhos relacionados ao Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira- PDFF- em nível nacional tal como sobre a região em propomos os estudos.

Desta feita, espera-se que o estudo que estamos desenvolvendo possa contribuir para a interpretação da realidade fronteiriça em que se insere o PDFF e a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Outra tocante é o aprimoramento acadêmico, resultante desse estudo, pois ao trabalhar em um projeto como este, forma-se melhores profissionais preparados e cientes da realidade política e sociedade atual.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. A: dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos " brasiguaios" entre os limites nacionais. In: **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, n° 31, 2009

BRASIL. **PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR II: texto executivo**. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2012. Disponível em: [http://www.integracao.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=54bce099-503a-40768613-d90dd6107c79&groupId=10157](http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=54bce099-503a-40768613-d90dd6107c79&groupId=10157). Acesso em: 22/07/2014.

BRASIL. **Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais. Programa de Promoção de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF**. Brasília, 2009. Disponível em: [www.integracao.gov.br](http://www.integracao.gov.br). Acesso em: 29 nov. 2015.

CARVALHO, Thiago Rodrigues. **O programa de desenvolvimento da Faixa de Fronteira e o Mato Grosso do Sul: discursos e desdobramentos da política governamental na fronteira.2010**. Dissertação (Pós-Graduação em Geografia da Produção do Espaço Regional e Fronteira)- Mestrado em Geografia na Universidade Federal da Grande Dourados

GOMES, Ciro. Apresentação da PNDR. In: **BRASIL**. Ministério da Integração Nacional. Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, pp. 07 – 08, 2003. Disponível em: [http://www.integracao.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=ad1fe39c-1537-49698939-a31be9ac4b34&groupId=10157](http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=ad1fe39c-1537-49698939-a31be9ac4b34&groupId=10157). Acesso em: 11/11/2013.

HARTMANN, Luciana. Performance e experiências nas anarrativas orais da fronteira entre Argentina, Brasil e Uruguai. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, RS, n°24, 2005.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. Bases da formação territorial do Brasil. In: **Geografares**, Vitória, ES, n°2, 2001.